



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

RESOLUÇÃO Nº 261, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum – PLACIC do CISMEPAR para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

O **Presidente** do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEPAR - no uso de suas atribuições, faz saber que o **Conselho de Prefeitos aprovou** e ele **promulga** a seguinte **Resolução**:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na legislação em vigor, em especial os Art. 6º e inciso IV, do artigo 9º, da Lei Complementar n.º 82, de 24 de junho de 1998, o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum – PLACIC do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEPAR para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- II** - Prioridade e metas administrativas do Consórcio;
- III** - Estrutura e organização do plano;
- IV** - Diretrizes gerais para elaboração e execução do Plano de Aplicação Anual;
- V** - Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI** - Disposições gerais.

CAPÍTULO II – PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Serão prioridades a manutenção e expansão de atividades de gestão e articulação interfederativa junto aos entes consorciados, bem como a organização de equipamentos e instrumentos para a assistência à saúde dos usuários.

Art. 3º - Os projetos em fase de execução terão preferência sobre os novos Projetos.

Art. 4º - As diretrizes gerais para o ano de 2020 são as seguintes:

- I** - Garantir espaços de discussão, transparência e acompanhamento das atividades do Consórcio por meio das reuniões do Conselho Curador e Conselho Fiscal, promovendo a participação de responsáveis técnicos e subsidiando os trabalhos dessas instâncias internas, compartilhando das necessidades e soluções na gestão em saúde, no controle e prestação de contas, bem como pactuando ações inovadoras e resolutivas que atendam às necessidades do coletivo de Municípios Consorciados, a serem encaminhadas para aprovação na Assembleia de Prefeitos do Consórcio;
- II** - Manter a integração das ações do Consórcio às necessidades deliberadas junto às instâncias do CRESEMS, COSEMS, Comitê Intergestor Regional (CIR), Comissão



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

Intergestores Bipartite Estadual (CIB) e ACISPAR – Associação de Consórcios Públicos de Saúde do Paraná; fomentando a participação do CISMEDPAR nessas instâncias com vistas ao Planejamento Regional Integrado e ao bom andamento das ações do Consórcio, no âmbito da organização do SUS;

- III -** Apoiar e integrar-se às medidas de avanço e solução para as necessidades da Região de Saúde, por meio da participação nos Grupos Condutores, Grupos de Trabalho, Comitês Gestores e Câmaras Técnicas, bem como da análise dos indicadores e analisadores dos Programas desenvolvidos pela ação consorciada (internos) e pelas Unidades Assistenciais da Atenção Primária, Secundária e Terciária em Saúde (internos e externos), quer sejam informações epidemiológicas, de produção e/ou lista expectante no âmbito ambulatorial e hospitalar, tendo em vista a necessidade de integração do Cismepar dentre as propostas de solução para as dificuldades dos Municípios Consorciados.
- IV -** Gestionar junto entes federativos o aporte necessário à manutenção e ampliação dos serviços e ações desenvolvidos por meio da ação consorciada, bem como o cumprimento dos compromissos assumidos por estes entes junto ao Consórcio, tendo em vista a necessidade de avanço da ação consorciada na medida das necessidades da Região de Saúde;
- V -** Manter atualização técnica e estrutural junto às lideranças, equipes administrativas e equipes de cuidado atuantes nos Programas desenvolvidos pelo Consórcio, bem como das equipes atuantes na Atenção Primária dos Municípios Consorciados, com vistas à manutenção da equidade interfederativa, da qualidade do cuidado e da resolutividade dos Programas executados pelo Consórcio;
- VI -** Cumprir com a padronização de Macroprocessos, Processos, Atividades, Tarefas e Procedimentos, elencada por meio das matrizes de Gerenciamento de Processo de Trabalho existentes, a serem executadas pelas equipes de trabalho do Consórcio, por meio da adequação de não conformidades, com vistas à qualificação e resolutividade das ações desenvolvidas por meio dos Programas do Consórcio;
- VII -** Executar funções administrativas com vistas à garantia de execução dos processos de aquisição e armazenamento de insumos, contratação de serviços, gestão de tecnologia da informação, segurança e manutenção predial, gestão de frotas, monitoramento e ampliação da infraestrutura, aquisição e manutenção de equipamentos e mobiliário;
- VIII -** Executar funções de planejamento, ordenamento e controle contábil e financeiro, obedecendo às determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da União, gerenciando sobre as atividades necessárias ao cumprimento legal e normativo das ações e serviços executados pelo Consórcio;
- IX -** Fomentar o desenvolvimento, atualização e aprimoramento de saberes dos recursos humanos e segurança do trabalhador e executar ações de ordenamento de rotinas de pessoal, em conformidade com as normativas vigentes vinculados ao Consórcio;
- X -** Manter acessível o Serviço de Ouvidoria, tendo em vista a necessidade de entendimento acerca das necessidades dos usuários do SUS e dos fluxos e rotinas do sistema de saúde, através do atendimento presencial, qualificado e individualizado ao



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

usuário e da aplicação permanente da Pesquisa de Satisfação do Usuário, fomentando a tomada de decisões no âmbito do Consórcio.

- XI -** Ampliar a produção de serviços executados pelo Programa de Ações Intermunicipais de Média Complexidade, por meio da captação de recursos provenientes do Governo do Estado do Paraná e do Ministério da Saúde, tendo em vista a conclusão da obra e a programação de serviços prevista para o início das atividades da nova estrutura física deste Programa.
- XII -** Estabelecer parceria junto às Universidades do território, tendo em vista a necessidade de integração ensino/serviço, no intuito de aprimorar as atividades desenvolvidas nos serviços executados por meio dos Programas do Consórcio e dos Municípios Consorciados da Região de Saúde;
- XIII -** Aprimorar as funções das 11 Comissões Técnicas do Consórcio, de maneira transversal, tendo em vista a demanda por embasamento para a tomada de decisões, garantindo espaços de discussão e encaminhamento de propostas e promovendo sua integração junto às equipes técnicas dos Municípios Consorciados, diante dos temas da Segurança do Paciente, Padronização e Processos de Aquisição, Lista Expectante Ambulatorial e Cirúrgica, Segurança do Trabalho, Regulação do Acesso, Gestão de Talentos e Recursos Humanos.

Art. 5º - São parte integrante desse dispositivo o Anexo I – Plano de Metas e o Anexo II – Detalhamento de Despesas das Ações, onde estão previstos as metas físicas e financeiras para execução das ações propostas para o exercício de 2020.

CAPÍTULO III – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 6º - Para efeito desta resolução, entende-se por:

- I - Programa:** é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;
- II - Ações:** são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros;
- III - Atividade:** É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo;
- IV - Projeto:** É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de Governo;

V - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações administrativas, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

VI - Plano de Aplicação Anual: é o instrumento de detalhamento de despesas e receitas para fins de execução das ações institucionais, de forma a evidenciar os elementos do orçamento a serem aplicados, tendo em vista as ações e metas determinadas no PLACIC.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial, identificaram a função e a subfunção, as quais se vinculam.

§ 3º - As funções programáticas de que trata esta Resolução serão identificadas no Plano de Aplicação Anual por programas, atividades, projetos e operações especiais, através da indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 7º - As metas financeiras serão indicadas no desdobramento da programação vinculada às respectivas atividades e projetos.

Art. 8º - O plano de Aplicação Anual discriminará a despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador dos grupos de despesas, a seguir discriminadas:

- I -** Pessoal e encargos sociais;
- II -** Juros e encargos da dívida;
- III -** Outras despesas correntes;
- IV -** Investimentos;
- V -** Inversões financeiras;
- VI -** Amortização da dívida.

Art. 9º – O Plano de Aplicação Anual não conterá dotações para despesas que não estejam legalmente instituídas.

CAPÍTULO IV - DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - O Plano de Aplicação Anual será elaborado em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Portaria nº 274, de 2016 da Secretaria do Tesouro Nacional, e Portaria nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

até o nível de elemento de despesa e por fontes de recurso e deverá conter os seguintes anexos:

- I -** Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64);
- II -** Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64);
- III -** Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III da Lei 4.320/64);
- IV -** Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64);
- V -** Programa de Trabalho de Governo (Anexo VI da Lei 4.320/64);
- VI -** Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII da Lei 4.320/64);
- VII -** Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme vínculo com os Recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64);
- VIII -** Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo XIX da Lei 4.320/64);
- IX -** Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática e Categoria Econômica;

Paragrafo Único. Para as despesas vinculadas ao Contrato de Rateio, a programação orçamentária e financeira deverá ser apresentada em quadro específico, detalhando os desdobramentos dos elementos de despesa até seu último nível.

Art. 11 As unidades orçamentárias, quando da elaboração do Orçamento deverão atender a estrutura organizacional do Consórcio.

Art. 12 Para os créditos referentes às despesas vinculadas ao Contrato de Rateio, o Plano de Aplicação Anual deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação por função, programática, por natureza de despesa e por fonte/destinação de recursos.

§ 1º A classificação por função e por grupo de natureza de despesa do Consórcio público deverá observar a classificação do ente consorciado transferidor, conforme parágrafo 1º do art. 5º da portaria nº 274/2016 – STN.

§ 2º A discriminação quanto à função de que trata o § 1º deste artigo não abrange a classificação por subfunção.

§ 3º A discriminação quanto à natureza de despesa de que trata o caput far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme definido na Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001.



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

Art. 13 É vedado consignar no Plano de Aplicação Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 14 Na elaboração da proposta do Plano de Aplicação Anual, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tomando-se por base os valores médios aplicados no período de janeiro a junho de 2018.

Art. 15 O montante das despesas não poderá ser superior ao das receitas, a não ser que o excesso das despesas seja financiado por operações de créditos nos termos do artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 16 A Diretoria Executiva poderá, de acordo com a capacidade financeira, e se necessário, durante o exercício, adicionar programas não elencados neste PLACIC, desde que aprovados pelo Conselho de Prefeitos, através de créditos adicionais especiais previstos na Lei 4.320/64.

Art. 17 Para fixação das dotações orçamentárias será observado o anexo de metas e prioridades que integra esta resolução.

Art. 18 Para possibilitar o atendimento das metas e prioridades fixadas no anexo de metas e prioridades, ou dos programas incluídos durante a execução do Plano de Aplicação Anual, fica a Presidência do CISMENPAR autorizada, no exercício financeiro de 2019, a abrir crédito adicional suplementar até o limite de 25% (vinte e cinco por-cento) da despesa fixada.

Art. 19 Durante a execução do Plano de Aplicação Anual, a Diretoria Executiva poderá efetuar a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um projeto ou atividade para outro, para abertura de créditos adicionais suplementares, dentro do limite estabelecido no art. 18, sendo vedada anulação total de um projeto ou atividade.

Art. 20 Durante a execução do Plano de Aplicação Anual, a Diretoria Executiva promoverá a limitação de empenhos, se constatarem que as receitas não estejam suportando as despesas.

Art. 21 Para a execução do Plano de Aplicação Anual, a Diretoria Executiva elaborará a “Programação Financeira de Desembolso”, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 22 - O Presidente do Consórcio, mediante autorização do Conselho de Prefeitos, poderá criar cargos, empregos e funções, instituir ou alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos empregados públicos e conceder vantagens.

Art. 23 - O Presidente do Consórcio fica autorizado à realizar concurso/certame/seleção competitiva pública para provimento de vagas de vacância, reposição ou **novas (conforme art. 22)** bem como admitir pessoal aprovado em concurso/certame/seleção competitiva pública ou em caráter temporário.

§1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Plano de Aplicação Anual (Orçamento).



Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

§2º Toda contratação deverá apresentar estudo de impacto financeiro e orçamentário demonstrando a prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes no exercício.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 O CISMEPAR deverá prestar as informações necessárias para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias anuais dos entes consorciados pelo menos trinta dias antes do menor prazo para encaminhamento dos respectivos projetos de lei ao Poder Legislativo, conforme previsto no art. 7º da portaria nº 274/2016 – STN.

Art. 25 – Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina-PR, 05 de agosto de 2019.

ROBERTO DIAS SIENA

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema

PUBLICADO NO D.O. DO CISMEPAR, EDIÇÃO Nº _____, EM ____/____/20____.
PROJ. RESOLUÇÃO Nº ____/____, APROVADO EM ____/____/20____.